



DOCUMENTAÇÃO POPULAR

Apresentação

Oswaldo Francisco de Almeida Junior

Existe uma documentação popular? Com toda certeza, sim. Talvez não exista no âmbito da academia, no segmento que se interessa pelo tema documentação, mas existe nas ações, nas práticas, nos espaços informacionais populares. Estes, por sua vez, mesmo que não utilizem o termo “documentação popular”, o praticam, contrariamente às discussões teóricas, às práticas desenvolvidas nos espaços formais da academia – que vivem muitas vezes envolvidas no que diz respeito ao seu próprio umbigo, longe, muito longe das necessidades da sociedade, escondidas e acobertadas, estas necessidades, pelas aparências de uma falsa ou parcial realidade criada por várias teorias, conceitos, concepções e verdades.

O mundo, e o Brasil em especial, conviveram com a revisão e o repensar dos registros das ações da população, não abarcadas pelos fazeres e trabalhos realizados pelas bibliotecas públicas durante os anos das décadas de 1960, 1970 e parte dos anos 1980. O começo dos anos 1990, principalmente após a eleição de Collor, com a implantação do neoliberalismo, não apenas arrefeceu a organização dos movimentos populares, como quase o inviabilizou. As estruturas formais do segmento da cultura foram quase que destruídas. Instâncias, quando não eliminadas, foram relegadas a espaços secundários, incluídas em escalões sem acesso a verbas que financiassem suas ações e dependentes da vontade de gestores.

Acompanhando as grandes mudanças e contestações no mundo após a II Grande Guerra, os espaços de armazenamento de documentos que retratam os interesses, necessidades e desejos das classes populares, também sentiram necessidade de tornar visíveis as atividades da população e preservar a memória das classes pobres, das classes trabalhadoras. Historicamente, as bibliotecas preservaram o conhecimento registrado da elite, o conhecimento dos excluídos. O não registro da história das classes populares foi uma forma - e voltou a ser, e continua sendo - de domínio, de manutenção de um estado que é favorável apenas e exclusivamente a elite, aos dominadores. O não registro faz com que a ideia, amplamente divulgada, embora de maneira subjacente, de que o povo não faz cultura e deve, através do folclore, por exemplo, preservar a “sua” cultura - que já passou -, seja entendida como correta. Independente do desejo das classes dominantes, a população, mesmo com dificuldades e lidando com enormes problemas, resiste, se mantém viva e faz frente ao desejo de sua anulação. O povo faz cultura, mas o registro de suas manifestações é dependente de ações isoladas e iniciativas não pertencentes ao âmbito governamental. O “vencedor” escreve a história, determina e conta a história. Os “vencidos”, por seu lado, aceitam, reagem, disseminam, perpetuam a história que não é deles.

No final dos anos da década de 1980 mantive contato com grupos organizados da população. Lutavam eles contra situações que segmentos da população, a maioria, viviam naquele momento. Muitos criaram espaços para documentar suas ações e, com muita

ênfase, trazer subsídios teóricos para os que atuavam e militavam neles. A militância era uma exigência para os que trabalhavam, quer formalmente, quer não, em basicamente todos os movimentos organizados da população.

Bibliotecários, por exemplo, para atuar nos “Centros de Informação e Documentação Populares”, precisavam ter um mínimo de afinidade com o pensamento, com as ideias e concepções defendidas pelo movimento que sustentava aquele Centro.

Era sintomática a inclusão do termo “Popular” nos nomes dos espaços dedicados à criação e manutenção de acervos com registros da memória das ações da população. Por que “popular”?

A ideia de “popular” perseguiu toda a pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado. Meu objeto de análise foi a “Biblioteca Popular”. As discussões sobre a biblioteca, seja sua atuação, seu histórico, suas responsabilidades, seu público, os que atuam nela, possuíam um número de publicações que permitiam uma base teórica ou prática para o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, três pontos, em especial, exigiam uma atenção maior: Acervo, fundamentos e popular.

O primeiro se referia ao acervo das bibliotecas públicas e que se refletia na construção dos acervos das bibliotecas populares. Não havia diferenças substanciais. A mesma forma utilizada pela biblioteca pública para iniciar, manter e atualizar seu acervo era reproduzida nas bibliotecas populares, ou seja, mobilizava-se a comunidade para que doassem livros - e basicamente livros. A ideia de que um livro publicado é bom em essência se manteve. O pior é que continuávamos - e continuamos até hoje - a pouco nos preocuparmos com o conteúdo do material presente nas bibliotecas. Vale a quantidade, as estantes cheias. Em 1982, no CBBBD realizado em João Pessoa, Paulo Freire, em sua palestra, defendeu que no acervo das bibliotecas deveria constar a produção da comunidade. E, defendendo eu, sem necessariamente se utilizar da norma padrão, da norma culta. Essa palestra se transformou em um dos capítulos do livro dele chamado “A importância do ato de ler: em três artigos que se completam”. Há uma grande diferença entre instruir e preparar a população para se apropriar de maneiras de opressão exercidas pela elite - como a língua culta, a linguagem jurídica etc. - e a impossibilidade de ter a palavra, de se manifestar, de exteriorizar suas necessidades pela não habilidade do emprego da língua. Discussões sobre acervo deixam de lado o conteúdo e se fixam no material livro, na mercadoria livro. As editoras comerciais só publicam o que vende e elas vivem do lucro, logo, só publicam aquilo que os possíveis compradores são levados a entender como importantes. A maioria da população pode comprar livros, influenciando assim nos temas publicados?

O segundo se referia aos fundamentos que sustentavam - e ainda sustentam - as bibliotecas públicas e que foram simplesmente transpostos para as bibliotecas populares. Os que atuavam nos Centros de Documentação e Informação Populares afirmavam que não buscavam uma cooperação efetiva com as bibliotecas públicas, pois consideravam seus espaços diferenciados daquelas. De fato, as bibliotecas públicas, como visto, recolhiam e divulgavam a produção intelectual, científica, artística etc., das classes excludentes, das

elites. A preservação desse tipo de conhecimento não coincidia com os objetivos e com as ações das bibliotecas dos movimentos organizados da população. Como isso era recorrente, entendi que poderíamos chamar esses espaços como “bibliotecas alternativas”, pois todas se apresentavam como uma “alternativa” às bibliotecas mantidas pelo Estado. Apesar disso, as bases teóricas, a forma de organização, as políticas de desenvolvimento de coleções, o atendimento, os serviços, as ações desenvolvidas pouco se diferenciavam do que era presente nas bibliotecas públicas. A proposta de se constituir como uma alternativa ficava apenas no discurso e não se concretizava nas ações.

Ainda com referência aos fundamentos, vale lembrar as discussões e iniciativas para alterar o termo “biblioteca popular” por “biblioteca comunitária” e, também, o termo “informação social” por “informação utilitária”. A proposta era, claramente, minimizar os significados implícitos nos termos que estavam sendo utilizados e que acompanhavam mudanças sociais, políticas, econômicas, de costumes etc., que transformavam o mundo. As propostas antagonistas de mudança dos termos prevaleceram e os termos apresentados como alternativa ocuparam espaços e hoje são amplamente utilizados. “Biblioteca comunitária” e “informação utilitária” não carregam conceitos transformadores, ao contrário, enfatizam concepções apoiadas, historicamente, pelos defensores de uma postura conservadora e avessa a mudanças e propostas inovadoras, em especial as que se interessam e advogam interesses, necessidades e desejos da maioria da população. Toda biblioteca atende a uma determinada comunidade e, assim, é comunitária em essência. O adjetivo não é, na verdade, diferenciador. Do mesmo modo, toda informação é utilitária e, a exemplo do outro adjetivo, este também não é diferenciador.

O terceiro ponto referia-se ao termo popular. Os conceitos de “popular” que encontrei não satisfaziam, atendiam ou davam bases para sustentação do que eu entendia como sendo o conceito para biblioteca popular. Lembrei-me de uma ideia de Augusto Boal – nosso grande dramaturgo, diretor e teórico do teatro – sobre teatro popular. Ao contrário do que muitos defendiam – popular é aquilo que é realizado pelo povo e para o povo -, Boal defendia que devemos nos ater ao conteúdo do que está sendo veiculado em uma peça teatral. Muitas vezes, as peças montadas e encenadas por pessoas da comunidade apenas reproduzem os interesses dos dominantes, apenas repassam e defendem inconscientemente, a ideologia hegemônica. E, para mim, apenas essa ideologia, de fato, existe. A partir desse entendimento de “popular”, elaborei minha concepção de biblioteca popular, ou seja, aquela que armazena, organiza, dissemina e medeia as necessidades, interesses e desejos da maioria da população.

Em contato com os Centros de Documentação e Informação Populares, deparei-me com a ideia, em um curso específico para trabalhadores nesses espaços, de documentação popular. Busquei nos bancos de dados – que na época eram poucos – e nada encontrei. O interesse por uma documentação que estivesse voltada para um tipo específico de usuário, embora o que congrega o maior número de pessoas, parecia não ser tema de discussões e

pesquisas. Não só parecia como não era, ao menos nos espaços da academia. É possível que ocorressem experiências pontuais, reflexões desenvolvidas por trabalhadores e militantes dos movimentos organizados da população, mas que não eram divulgadas.

As pesquisas, estudos e reflexões sobre documentação popular não estavam entre os interesses no âmbito da Biblioteconomia, da Arquivologia, da Museologia e da, ainda nascente, Ciência da Informação. Aceitável se, naquele momento, não estivéssemos vivendo uma preocupação com o segmento – vale a pena insistir: o maior – pobre da população. Um grande exemplo foi a Teologia da Libertação, com seu “olhar preferencial pelos pobres”. Dela, surgiram Centros de Documentação e Informação, cuja preocupação era o armazenamento, a organização e a mediação de documentos que representassem os interesses das classes dominadas, excluídas. A Igreja católica apoiou muitos centros desse tipo, como o, na época, Centro Pastoral Vergueiro, instalado na rua Vergueiro, em São Paulo, e, em Recife, com ajuda de Dom Helder Câmara, o SEDIPO (Serviço de Documentação Popular). Foi a partir de um texto publicado pelo Centro Pastoral Vergueiro em parceria com o CELADEC que conheci as ideias sobre Documentação Popular e as considerei importantes como contribuição para o pensar da área da informação. Essas ideias seguem me incomodando, exigindo posições, disseminação e divulgação entre os que pensam ou que estão começando a pesquisar na área.

Este fascículo traz olhares, concordantes ou não, da documentação popular. É ela apresentada a partir de conceitos que estão explícitos ou implícitos nos motes ou nos objetos escolhidos para lidar com a temática. Os artigos discutem, estudam e refletem sobre vários aspectos do tema central, como as bibliotecas comunitárias; mediação da informação e a documentação popular em uma biblioteca pública; documentos populares e a mediação documentária; bibliotecas populares, MST e mediação cultural; folhetos de cordel como documentação popular; competência em informação e midiática, estudos culturais e documentação popular; documentação popular, preservação e memória; bibliotecas populares, bibliotecas comunitárias e bibliotecas alternativas; documentação popular e bibliotecas escolares. É visível a diversidade dos olhares, dos temas que serviram de base para discutir a documentação popular e os espaços, quando não eram artigos mais teóricos, escolhidos como locais de coletas de dados e de observação.

O que nós esperamos – os editores, os autores e eu – é que a documentação popular possa ser mais discutida, mais estudada e que ocupe um espaço importante entre os interesses dos que se preocupam com a área da informação.

Oswaldo Francisco de Almeida Junior

Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UNESP/Marília. Professor Associado da UEL. Líder do Grupo “Informação: Mediação, Cultura, Leitura e Sociedade”. Membro vogal da diretoria da EDICIC – Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe – 2021/2025. Mantenedor do site Infohome – www.ofaj.com.br.